

## A fantasia a ser reorganizada

Antonio V. B. Mota Filho<sup>1</sup>

Celso Monteiro Furtado foi um dos principais economistas brasileiros e sua contribuição para a teoria e a política do desenvolvimento econômico marcam o pensamento econômico latino-americano. Sua atuação como formulador de política econômica é vinculada principalmente à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e ao Ministério do Planejamento de João Goulart. Após o golpe militar de 1964, a carreira de Furtado como agente público é interrompida, tendo o autor que partir para o exílio, primeiramente no Chile, em seguida nos Estados Unidos e, por fim, na França. Menos analisada, contudo, é sua atuação na transição política no início dos anos 1980. Filiado ao PMDB em 1981, Furtado participa intensamente das discussões sobre a situação econômica do país e, junto com os demais economistas do partido, formula parâmetros de uma política econômica alternativa. Assim, num paralelo com sua obra biográfica, podemos definir o engajamento de Furtado na transição como “a fantasia a ser reorganizada”. O presente artigo tem por objetivo apresentar as primeiras reflexões de uma pesquisa dedicada a analisar a atuação de Furtado durante a transição e instalação da Nova República. Para além da revisão das obras teóricas do autor, valemo-nos de uma pesquisa documental nos arquivos do Congresso Nacional e da recente publicação de parte de seus diários e de sua correspondência. O trabalho está dividido em três seções: uma introdução; em busca de uma alternativa à economia e “cultura e economia, mesmo combate”.

### 1. Introdução

Em 2020 celebrou-se o centenário de um dos principais economistas brasileiros: Celso Monteiro Furtado (1920-2004). Nascido em Pombal, Paraíba, Furtado notabilizou-se ao longo dos anos 1950 e 1960 como um dos principais das ciências sociais no país, mas também como um formulador de políticas desenvolvimento. Um tipo ideal daquilo que Octavio Ianni havia apontado como marco das ciências no Brasil: “(...) *compreender as condições e as possibilidades do Brasil Moderno*” (IANNI, 1992, p. 45).

Com o golpe de 1964 e tendo seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional n. 1, Furtado parte para o Chile, onde inicia seu longo exílio. A esperança quanto à superação do subdesenvolvimento por meio da execução de uma política deliberada de desenvolvimento parece ceder lugar ao pessimismo. Ao contrário de outros brasileiros exilados em Santiago, Furtado não acreditava que o regime militar teria uma curta duração. Numa reunião ocorrida na casa do poeta Thiago Mello, Furtado afirma:

Esse golpe não foi improvisado; por trás dele estão dez anos de conspiração. Começou quando acurraram Getúlio e o levaram ao suicídio. No Brasil, todo processo de mudança político-social é lento. Se os golpistas, que dispunham de amplos meios de ação, inclusive ajuda externa, necessitaram de dez anos para tomar o poder, como imaginar que em prazo menor reverteremos a situação? Não digo que nada há a fazer. Cabe a cada um de nós fazer o melhor que possa no seu setor, mas não vejo possibilidade de que a situação se reverta

---

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Email: [vogaciano@gmail.com](mailto:vogaciano@gmail.com)

senão a longo prazo. O que importa é que aqueles dentre nós que, em dez ou vinte anos, regressem não cometam uma vez mais os erros que facilitaram o trabalho dos golpistas (FURTADO, 2014, pág. 476).

Duas questões emergem da citação acima. Primeiramente, Furtado percebe que a ditadura iniciada em 1964 seria longa. Em segundo lugar, já se apresenta, ainda que de forma implícita, a preocupação do autor com a transição política que se seguirá ao regime militar. O golpe tirava de cena uma geração de políticos e cientistas e colocava em seu lugar as Forças Armadas e uma burocracia marcada por uma perspectiva tecnocrática. Para Furtado, o exílio significava a derrota das aspirações da sua geração e forçava um recuo. Até onde recuar? A partir de que momento retomar a ofensiva?

Além da produção teórica do autor, sua *Obra Autobiográfica* lança pistas sobre possíveis respostas a essas questões. Mais recentemente, a publicação de novos documentos como a coleção *Arquivos Celso Furtado*, seus diários e sua correspondência aportam novos elementos sobre a vida e obra do autor.

Após Santiago, Furtado se instala nos Estados Unidos, onde passa uma temporada como *visiting scholar* no Centro para o Crescimento Econômico da Universidade de Yale. Será, contudo, na França onde o autor se estabelecerá de forma duradora. Voltado principalmente para as atividades docentes, a análise da situação brasileira está presente em suas obras do período. Refletindo sobre a crise econômica do início dos anos 1960 e o golpe de 1964, Furtado lança seu famoso ensaio *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (FURTADO, 1965). Pouco tempo depois, no início do chamado “milagre brasileiro”, Furtado é convidado pela Câmara dos Deputados a realizar uma exposição acerca da situação da economia, cujo resultado final é publicado no livro *Um projeto para o Brasil* (FURTADO, 1968).

Em 1971, o autor volta ao Brasil para tomar conhecimento direto da nova realidade econômica gerada pelo rápido crescimento econômico combinado com o aumento da repressão. Dessa viagem resulta o livro *Análise do “Modelo” Brasileiro*, “(...) um texto de grande rigor técnico, sem envolvimento emocional”, escrito dessa forma para driblar a censura (FURTADO, 2014, p. 509). Mais interessante do que a longa análise acerca dos instrumentos financeiros criado pela política econômica da ditadura, é a conclusão a que Furtado chega:

[O] *desenvolvimento* passa a ser definido em termos de aproximação de um paradigma que, por definição, é inalcançável, porquanto em transformação cada vez mais rápida. A experiência já demonstrou que, se se aumenta o esforço para andar mais rápido e reduzir a distância do alvo perseguido, a deformação estrutural se acentua, pois uma acumulação mais intensa em benefício de uma parte da população amplia o fosso que existe entre as condições de vida da minoria beneficiada e as da massa, fosso que é a essência mesma do subdesenvolvimento. Cabe inferir, portanto, que a melhoria efetiva das condições de vida da massa da população dos países do Terceiro Mundo, particularmente dos de grande dimensão demográfica, somente será alcançada por outros caminhos. A Índia nunca será uma Suécia de uma bilhão de habitantes, nem o Brasil uma reprodução dos Estados Unidos (FURTADO, 1975, pág. 77).

O desenvolvimento econômico, tema a que Furtado havia dedicado grande parte da sua atuação como funcionário público e intelectual, aparece nessa obra como “inalcançável”.

Certo, ao analisar o desenvolvimento econômico a partir da perspectiva metodológica cepalina, Furtado ajuda a formular uma teoria crítica do desenvolvimento. A transformação ocorrida em *Análise do Modelo Brasileiro*, contudo, é que a “teoria crítica do desenvolvimento econômico”, formulada no âmbito da CEPAL, parece dar lugar a uma “crítica à teoria do desenvolvimento”, algo que será aprofundado em *O mito do desenvolvimento econômico*, publicado em 1974.

Se, por um lado, Furtado realizava uma crítica à teoria econômica, os economistas - mesmo heterodoxos - também passaram a criticar as posições de Furtado. Trata-se de um período em que o ensino superior da ciência econômica, até então pouco estruturado e complementado em cursos de formação promovidos por órgãos como o Conselho Nacional de Economia e a CEPAL, se aproxima do modelo americano, fortemente marcado pela teoria econômica ortodoxa (WANDERLEY, 2015).

Uma vez recuperados seus direitos políticos, em 1974, o reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Geraldo Ataliba Nogueira, inicia discussões para a contratação de Furtado como professor da Universidade. Como ressalta D’Aguiar Furtado:

Na correspondência da época desponta e ganha corpo o desejo de regressar ao país, de dar por encerrado um decênio de exílio e reinstalar-se de modo mais permanente na pátria casual, citando o poeta. Já não teria sentido “esperar uma evolução” na política brasileira para, só então, fixar-se de novo em sua terra. Voltaria a morar no Rio de Janeiro, ficando Paris como “residência secundária” onde passaria uma temporada anual, provavelmente em curtas atividades acadêmicas (D’AGUIAR, 2010, p. 7-8).

O curso, transcorrido entre maio e setembro de 1975, logo geraram uma impressão negativa da situação do país e das suas possibilidades de reinserção profissional no país. Ainda que o agravamento da situação econômica pudesse fragilizar a ditadura, a sustentação política do regime parecia ainda sólida. Para Furtado, a ditadura “*manipula a ‘grande imprensa’ e orquestra os ‘movimentos de opinião’, mantém contra a parede o que resta do antigo poder burocrático civil, adula os militares e lhes inocula a ideologia da ‘grande potência’ emergente*” (FURTADO, 2019, p. 242). Em anotação em seu diário, do dia 18 de outubro de 1975, Furtado escreve:

*Cinco meses no Brasil. Depois de onze anos, um esforço de reinserção. Um balanço. Um appraisal. Que reter? Últimas esperanças perdidas? Consciência de ser hoje uma “herança cultural”, de ser algo irreversível. que já não pertence a uno mesmo? (...) A verdade é que nestes anos de exílio eu me alimentei da ideia de que tinha algo a fazer. Tenho de deixar de lado totalmente a ideia de que sou exilado, implantar aqui definitivamente o centro da minha vida. Dedicar-me muito mais à minha universidade, aos meus alunos. Pensar no Brasil como num lugar onde se passam momentos agradáveis. I have given my contribution... Desviar o pensamento para a problemática do Terceiro Mundo como um todo (p. 241-242).*

É possível perceber certo movimento pendular nas reflexões de Furtado. Se a sua possibilidade de atuação na realidade brasileira é limitada, sua atenção se desloca para a análise da evolução da economia mundial. Contudo, ao perceber o agravamento da situação da economia brasileira, Furtado logo retorna ao desafio que sempre guiou sua reflexão: pensar o Brasil (FURTADO, 1999, p. 69). Ainda que o relato do autor nos dê a impressão de

que se trata de dois aspectos distintos, é evidente, por um lado, que as análises sobre a economia brasileira se nutrem das interpretações que Furtado realiza da evolução da economia mundial e, por outro, que o caso particular do Brasil permite compreender a hierarquização do capitalismo pós-nacional.

A reflexão sobre “a problemática do Terceiro Mundo como um todo”, de fato, ganha maior destaque em seus escritos do final dos anos 1970. Contudo, a análise do que se passava no Brasil segue presente nos escritos, como revela a publicação recente de seus diários (FURTADO, 2019, p. 251). Ainda que entre 1974 e 1981 o autor não chegue a publicar livros que tratem centralmente do Brasil, as diversas anotações do seu diário dão conta de uma análise que se desloca crescentemente para aspectos políticos da sustentação da ditadura.

A crise da dívida e o aumento da inflação do início dos anos 1980, contudo, levam o autor a retomar sua produção teórica sobre a economia brasileira. Entre 1981 e 1984, o autor escreve quatro livros centrados na análise da situação brasileira e na proposta de alternativas: *O Brasil pós-milagre* (1981); *A nova dependência, dívida externa e monetarismo* (1982); *Não à recessão e ao desemprego* (1983); *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984).

O ano de 1981 marca uma importante inflexão na condução da política econômica da ditadura militar. Com o objetivo de controlar a piora do balanço de pagamentos e da inflação, o então Secretário do Planejamento, Delfim Netto, adota uma política de austeridade, que leva a uma recessão nos anos de 1981 e 1982 (MACARINI, 2008). Se o início da abertura “lenta, segura e gradual” anunciada por Geisel frustra Furtado a ponto de desistir dos seus planos de se reinstalar no Brasil, o avanço da transição e, principalmente, a crise econômica do início dos anos 1980 reacendem em Furtado a disposição de contribuir com as discussões acerca da economia.

Assim, inicia-se um novo período da atuação de Furtado, marcado pelo seu engajamento na transição para a democracia. Para fins analíticos, trata-se de um período que se inicia com a sua filiação ao PMDB, em julho de 1981, e se encerra com sua demissão do Ministério da Cultura em 1988. O trabalho que ora propomos tem por objetivo reler esse período de modo a explicitar a atuação de Furtado na transição política.

Em sua obra autobiográfica, Furtado qualifica o período que vai de 1949 a 1958 como “*a fantasia organizada*”, o período que vai de 1959 ao golpe de 1964 como “*a fantasia desfeita*”. O terceiro volume, em que narra seu período de exílio, intitulado “*os ares do mundo*”, cobre os acontecimentos da vida do autor até 1980. O período que se inicia em 1981, objeto de nossa investigação, corresponde a uma “nova fantasia”: *a fantasia a ser reorganizada*.

Ao contrário da sua obra autobiográfica, em que o autor realiza um balanço da sua vida, há poucos relatos de Furtado acerca dessa experiência da “fantasia a ser reorganizada”. Apenas mais recentemente, com a publicação de fontes inéditas do autor - seus diários e sua correspondência - é que se pode esboçar uma análise profunda desse período. Os “*Diários Intermitentes*” permitem perceber um ritmo intenso de reuniões de Furtado com os chamados “economistas do PMDB” (José Serra, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manoel Cardoso de

Mello e Luciano Coutinho), um membro ativo da Comissão do Plano de Governo (COPAG) e, depois, um ministro preocupado com as contradições do governo Sarney.

O período da transição da ditadura para a democracia foi um período conturbado da história brasileira recente. Celso Furtado se insere nos debates do período realizando conferências, entrevistas e publicando artigos e livros. Três grandes temas estavam no centro de suas reflexões: a economia; a recuperação da democracia e a cultura.

## **2. Em busca de uma alternativa à economia**

A partir de 1981, o ministro Delfim Netto inicia a execução de uma política econômica de austeridade, que será aprofundada a partir em 1982, com o início da chamada crise da dívida latino-americana. Com a moratória da dívida mexicana, declarada em agosto de 1982, diferentes países da região viram-se obrigados a renegociar suas dívidas externas sob a coordenação do Fundo Monetário Internacional, que condicionava a liberação das parcelas dos acordos ao cumprimento de um conjunto de medidas macroeconômicas e institucionais que visavam gerar excedente na balança comercial que possibilitasse equilibrar as transações correntes (MOTA FILHO, 2017, p. 61).

Ainda que a economia passe por uma grande recessão entre 1981 e 1983, a inflação cresce durante esse período, passando de 95,2%, em 1981, para 211%, em 1983. Contrariando o que previa a chamada Curva de Phillips, que identifica a existência de um *trade-off* entre desemprego e inflação, a economia brasileira dava mostras de combinar altas taxas de ambas. Inicia-se uma grande discussão entre economistas brasileiros com vistas a explicar a inflação brasileira e propor os instrumentos desinflacionários adequados, uma vez que as políticas convencionais de austeridade fiscal e monetária se mostravam ineficazes. Esse debate ocorrido em princípios dos anos 1980 notabilizou-se pelas formulações acerca do caráter *inercial* da inflação brasileira.

O tema da dívida externa ocupa grande atenção de Furtado. O endividamento externo era algo que Furtado já havia analisado quando fora ministro extraordinário do Planejamento do governo João Goulart. No Plano Trienal, formulado àquela época como uma proposta de política econômica para o retorno ao presidencialismo, já se podia ler que “(...) *para defender a taxa de crescimento da economia, será necessário realizar um forte esforço de refinanciamento da dívida externa*” (BRASIL, 1962, p. 21-22).

Contudo, se, em 1963 - primeiro (e único) ano de aplicação do Plano Trienal - o déficit de transações correntes é de US\$114 milhões, em 1981, ele chega a US\$11,7 bilhões. A situação do país ao início dos anos 1980 era mais dramática do que aquela do início dos anos 1960, entre outros motivos, porque os próprios parâmetros de funcionamento da economia mundial haviam se alterado. Tendo analisado a economia *pós-nacional* que ganhava formas com o fim dos acordos de Bretton de Woods, Furtado percebe que a crise da dívida é menos uma questão econômica de desequilíbrio de balanço de pagamentos, do que uma mostra da capacidade do grande capital internacional condicionar a ação dos Estados. De acordo com autor:

Los centros nacionales de decisión quedaron prácticamente incapacitados para utilizar los instrumentos tradicionales de política monetaria, cambiaria y fiscal, debido al proceso de integración de amplios segmentos del aparato productivo en estructuras dirigidas desde el exterior, y principalmente a causa de la internacionalización de los circuitos monetarios y financieros. El endeudamiento externo desordenado no es más que una consecuencia de esa pérdida de dominio del sistema económico, además de ser un factor autónomo de realimentación del mencionado proceso de internacionalización. El endeudamiento no es creación de doctrina alguna, sino una manifestación de la periferia de cambios estructurales que se están operando en el conjunto del sistema.

Como afirma em uma passagem em seu diário “(...) *embora algo pessimista, tenho que aceitar que é um obstáculo a superar para poder afirmar a soberania nacional e enfrentar, depois, os outros grandes problemas*” (p. 275). A percepção da dívida externa como uma ameaça à soberania nacional encontra eco em diferentes sujeitos é um tema recorrente do período. No programa para as eleições de 1982, intitulado “*Esperança e Mudança*”, o PMDB afirma: “*A dívida externa sufoca. Obriga o governo a curvar-se ante aos grandes interesses bancários. Desapareceu virtualmente a soberania nacional na condução da política econômica*” (PMDB, 1982, p. i).

Quanto à inflação, é interessante notar que Furtado não participa diretamente dos debates acerca da inflação inercial. Ainda que expressasse posições próximas a dos “economistas do PMDB”, ou seja, críticas à austeridade e centrada na perda de eficácia dos instrumentos de política econômica, aspectos teóricos acerca do caráter da inflação brasileira (endogeneidade ou exogeneidade da moeda, choque heterodoxo, desindexação) não são desenvolvidos pelo autor. As exposições mais detalhadas de Furtado sobre a inflação brasileira nos anos 1980 foram as desenvolvidas, primeiramente, em *A nova dependência*, livro publicado em 1982 e, posteriormente, em *Não à recessão e ao desemprego*, publicado em 1983. Na análise desenvolvido no primeiro desses livros, Furtado afirma que:

Portanto, o problema do combate à inflação não se esgota no nível institucional. Não basta modificar o estatuto do Banco Central, introduzir uma reforma tributária e coisas similares(...) Nas circunstâncias presentes, os principais focos de pressão inflacionária situam-se no sistema de incentivos à iniciativa privada e nos sobregastos do setor público. A eliminação dessas fontes passa necessariamente por mudanças nos preços relativos que permitem ao país manter os níveis desejados de exportações sem apelar para subsídios, e exige uma adequação dos dispêndios globais do Estado à sua capacidade efetiva de captação e recursos reais sem reduzir a produtividade do setor privado e sem gerar tensões sociais. (FURTADO, 1982, p. 69-70).

Se nesta primeira análise os principais focos de tensão inflacionária se encontram no “*sistema de incentivos à iniciativa privada e no sobregastos do setor público*”, em *Não à recessão e ao desemprego*, o diagnóstico parece se alterar: “*A raiz da inflação está na baixa produtividade do sistema econômico, a qual, por seu lado, reflete a crescente incoerência do processo de investimento e a insuficiência da capacidade de geração interna de poupança*” (FURTADO, 1983, p. 24). Descartada *a priori* a alternativa ortodoxa, a solução para o problema da inflação passaria “(...) *em primeiro lugar, [por] reorientar os investimentos com vistas a corrigir essa desarticulação*” (FURTADO, 1983, p. 24).

A análise de Furtado mostra-se ainda fortemente tributária dos aportes da CEPAL acerca da inflação, particularmente os textos clássicos de Noyola (1957) e Sunkel (1958). Certo, o diagnóstico desenvolvido por Lopes (1985) e Arida e Lara-Resende (1986) guarda certa proximidade com aquele da teoria da inflação estrutural, contudo, em nenhum dos principais textos dos “inercialistas” existe uma referência a autores da tradição cepalina. Dentro do novo formato da ciência econômica brasileira, gestada no estado-da-arte da teoria econômica de importantes departamentos de *economics* nos Estados Unidos, as ideias da CEPAL - e, por tabela, as do próprio Furtado - apareciam como uma referência longínqua. Por outro lado, a geração de economistas vinculada de forma mais direta à safra original de ideias da Comissão, ainda que ativa nos debates da época<sup>2</sup>, expressa resistência a aderir ao novo escopo da economia.

Ao discutir o tema da desindexação, questão que havia ganhado maior destaque a partir de 1983, Furtado afirma que “*A única solução objetiva consiste em indexar os títulos de cada empréstimo em função da aplicação dos recursos: os do sistema de habitação em função dos aluguéis, os do investimento em eletricidade em função do preço do quilowatt, etc.*” (FURTADO, 1983, p. 37).

Levantamos a hipótese de que as discussões ocorridas no âmbito do PMDB permitem lançar luz sobre três aspectos: primeiro, a evolução da interpretação de Furtado sobre a situação econômica do país; suas propostas de política econômica para um eventual governo do PMDB e o apoio com que contava no partido. Dois instrumentos importantes para verificar essa hipótese são as minutas das discussões ocorridas com a bancada do PMDB no Congresso Nacional e as contribuições à Revista do Partido. Trata-se de um material importante a ser investigado, pois, em sua maioria, são textos que não chegaram a ser reproduzidos em livros do autor, restando inéditos<sup>3</sup>. Outro importante instrumento de análise são as entrevistas e artigos de opinião de Furtado no período.

A eleição de 1982 marca um importante momento para o PMDB, que ganha o governo de 9 estados e tem um ligeiro crescimento de sua bancada de deputados federais. Aos poucos se iniciam as discussões para a eleição presidencial de 1985 e um marco importante dessa aceleração política é a proposta de realização de eleições diretas, que dá origem ao movimento *Diretas Já!*. Ainda que a proposta tenha sido oficialmente rejeitada pelo Congresso em novembro de 1984, a ampla mobilização política nacional consolidou o PMDB como principal partido da oposição, ao qual caberia o protagonismo nos próximos passos da transição. A partir desse momento, o formato da nova democracia se soma às reflexões sobre a economia em Furtado.

---

<sup>2</sup> No caso do Brasil, o caso de Furtado é o mais evidente. No caso da Argentina, o governo Alfonsín nomeara Raúl Prebisch como assessor presidencial *ad honorem*, sendo responsável pela negociação da dívida externa. É digno de nota a convergência entre as posições expressas por Furtado em “*Não à recessão e ao desemprego*” e aquelas expressas por Prebisch na sua proposta de programa econômico apresentado a Alfonsín em janeiro de 1984, intitulado “*Lineamientos de un programa inmediato de reactivación de la economía, mejora del empleo y los salarios reales*”.

<sup>3</sup> Todos os números da Revista do PMDB, bem como as transcrições das atividades realizadas pela bancada do partido, estão disponíveis na Biblioteca do Senado.

Tomando por base as anotações em seu diário, é possível perceber que a atuação de Furtado pela redemocratização se acentua a partir de 1984. O avanço da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional n. 5, a chamada Emenda Dante de Oliveira, que reinstaurava eleições diretas para presidente e vice-presidente, havia mobilizado politicamente o país. Mesmo derrotada na Câmara dos Deputados, o movimento das *Diréticas Já* havia fortalecido o protagonismo do PMDB e evidenciava que a transição “lenta, segura e gradual” podia sair do controle dos militares.

Permanecendo no Colégio Eleitoral a decisão sobre presidente e vice, iniciam-se as discussões internas no PDS e no PMDB para a escolha de seus respectivos candidatos. Em 16 de julho de 1984, o PMDB escolhe Tancredo Neves como candidato do partido. A partir desse momento era importante dotar o candidato de diretrizes de política econômica. Como afirma Furtado:

Se os ônus do futuro governo vão cair totalmente sobre o PMDB, cabe a este partido desde já definir o seu futuro programa. Não se trata de um programa mínimo, para conciliar inconciliáveis, e sim de uma plataforma coerente. A tarefa de apresentação e defesa desse programa deveria ser assumida por ele, dr. Ulisses. Comuniquei que já havia preparado um texto introdutório, que podia servir de ponto de partida para que uma comissão executasse a tarefa (FURTADO, 2019, p. 282).

Com a decisão do então presidente, General João Figueiredo, de não realizar um processo de prévias no PDS, o que favoreceria seu vice e desafeto pessoal, Aureliano Chaves, forma-se uma dissidência no partido, a chamada Frente Liberal (FL). No dia 19 de julho o PMDB chega a um acordo com a dissidência do PDS, que poderia indicar o candidato a vice-presidente, no caso, o ex-presidente do PDS, José Sarney. No dia 07 de agosto de 1984, é publicado o manifesto “*Compromisso com a nação*”, que explicita as bases do acordo entre PMDB e FL, cujos pontos acerca da política econômica foram analisados por Furtado<sup>4</sup>.

- Retomada e reordenamento do processo de desenvolvimento, como opção fundamental da sociedade brasileira;
- Reprogramação global da dívida externa, em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a soberania nacional;
- Combate à inflação, através de medidas que consideram, não apenas sua origem financeira, mas sobretudo seu caráter prioritariamente social. Saneamento financeiro interno e redução do custo do dinheiro;
- Reforma tributária, como instrumento básico de realização dos objetivos de política social e econômica. Correção das desigualdades regionais e pessoais de renda; (MACIEL, 2010, p. 17)

Com a definição acerca da chapa presidencial, inicia-se a formulação de uma proposta de plano de governo. Em setembro, Furtado elabora um documento que trata do saneamento financeiro interno e da dívida externa e o integra a Ulisses Guimarães.

---

<sup>4</sup> O documento está disponível no seguinte link: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198652/000836750.pdf?sequence=1>>. Visualizado em 12/03/2022.



Deixei bem claro que, sem uma ação rápida nessas duas frentes, não se pode pensar em *política econômica*, pois essa é inviável se o sistema desregulado. (...) Se o governo Tancredo não se firma e convence que está empenhado em mudanças, não apenas o futuro do PMDB estará comprometido, também as chances de um regime democrático se reduzirão a pouco FURTADO, 2019, p. 296)..

A elaboração do programa de governo passou por alterações em novembro, quando foi montada a Comissão para o Plano de Ação do Governo (COPAG). Chefiada pelo então Secretário de Planejamento do Estado de São Paulo, José Serra, a comissão era composta por três indicados pelo PMDB (Celso Furtado, José Serra e Luciano Coutinho), três indicados pela FL (Sergio Quintella, Sergio de Freitas e Helio Beltrão) e um representante de Tancredo Neves, Sebastião Vital. O pano de fundo dessas mudanças seriam as disputas que já se iniciavam por espaços dentro de um provável governo Tancredo. A COPAG elaborou um conjunto de relatórios de pequena circulação e que tiveram pouco impacto na formulação da política econômica da Nova República.

À medida que ficava claro que Tancredo adotaria uma política econômica majoritariamente de continuidade, Furtado começou a organizar sua retirada do núcleo mais atuante do PMDB. Poucos dias após a posse Sarney, escreveu que “(...) *a luta de dois decênios para restituir o país ao seu caminho certo também se concluiu*” (FURTADO, 2019, p. 324). Para onde seguir então? “*O que me cabe fazer é continuar pensando os problemas globais*” (FURTADO, 2019, p. 325).

Após uma curta atuação como Embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, nomeado em agosto de 1985, Furtado é nomeado Ministro da Cultura ao fim de fevereiro de 1986. Na próxima seção discutiremos as formulações sobre cultura na obra de Furtado, mas, por enquanto, é relevante mencionar as posições de Furtado quanto à condução da política econômica durante o período em que atuou como Ministro<sup>5</sup>.

Na anotação do seu diário em que narra a audiência com Sarney em que foi feito o convite para assumir o Ministério, Furtado faz a seguinte observação acerca da percepção do presidente quanto à política econômica: “*Confiante na política econômico-financeira de Funaro. Disse-me que minha presença também era importante para seguir esses aspectos*” (FURTADO, 2019, p. 331).

Em 26 de agosto de 1985, Sarney substituíra Francisco Dornelles por Dilson Funaro como Ministro da Fazenda<sup>6</sup> (ANDRADA, 2021). Entusiasta das interpretações heterodoxas da inflação, Funaro garantiu maior coerência interna à equipe econômica, composta, em grande parte, pelos economistas do PMDB de São Paulo e por professores da PUC-Rio. O

---

<sup>5</sup> Em entrevista concedida a Carlos Mallorquín e publicada na revista *Novos Estudos*, Furtado menciona que teve a possibilidade de discutir as medidas de política econômica, “*mas tinha muito pouca repercussão*” (FURTADO, 1995, p. 105). Apenas com a publicação dos *Diários intermitentes*, em 2019, que se pode perceber com mais detalhes as percepções do autor acerca da economia durante o governo Sarney.

<sup>6</sup> Furtado já conhecia Funaro por meio dos demais economistas do PMDB de São Paulo. Funaro participara de reunião ocorrida em setembro de 1984, em que também estavam presentes, além de Furtado, Ulisses Guimarães, Luciano Coutinho, João Manuel, Belluzzo, José Serra. A impressão de Furtado teria positiva: “*Deu-me impressão de ser um homem excepcionalmente bem informado e com uma visão justa das coisas. Apoiou firmemente minha tese de que tudo passa pela redução das taxas de juros*” (FURTADO, 2019, p. 296).

fortalecimento da heterodoxia no comando da política econômica culminou na edição, no dia 28 de fevereiro de 1986, do Plano Cruzado.

Tendo sido nomeado no dia 14 de fevereiro de 1986, Furtado havia sido informado do conteúdo do Plano Cruzado e teria expressado seu acordo<sup>7</sup>. As análises do autor quanto ao Plano, contudo, são feitas, em sua maioria, após seu fracasso. Sem resolver a questão da dívida externa e a baixa capacidade de poupança interna, o Cruzado não teria superado as raízes da inflação brasileira. Como relata numa anotação de 13 de fevereiro de 1987:

Mais de uma vez eu disse ao presidente: “Ter purgado a economia da inflação inercial é extraordinário, mas os desequilíbrios estruturais permanecem de pé”. E também disse: “Temos uma crise financeira, que já é uma doença perniciosa. O que não é feito no seu devido tempo já não se pode fazer depois”. E a Funaro eu disse com ênfase: “Meu temor é que vocês, depois de terem nadado tanto, morram na praia”. Mas ocorre que Funaro estava maravilhado com o que havia feito, passou a acreditar que tudo que fazia dava certo. Todos deviam imaginar que eu era uma pobre Cassandra, quiçá me mordendo de inveja. E a verdade é que ninguém se orgulhava mais do que havia sido feito do que eu. Inclusive estava convencido de que alguém controvertido como eu não teria encontrado condições para realizar uma operação tão delicada como a que eles haviam feito; O presidente continuava evasivo. Quando despachei com ele no dia 5, somente quando eu já estava de pé para sair é que ele abordou a situação econômica, e de forma lateral. Limitei-me a dizer que “o importante agora é restabelecer um sistema de preços relativos que assegure o funcionamento da economia, pois o que se havia ganho na luta contra a inflação foi por água abaixo” (FURTADO, 2019, p. 335).

Com o fracasso do Plano Cruzado, a condução da política econômica se torna crescentemente ortodoxa. Este diagnóstico culmina com a atuação de Maílson da Nóbrega como Ministro da Fazenda, alguém que, segundo Furtado, apenas repetiria a mesma política econômica de Delfim Netto. Em julho de 1988, o Brasil chega a um acordo para retomada do pagamento da dívida, suspenso desde a decretação da moratória. Em desacordo com os termos do acordo e com o avanço do governo Sarney, Furtado pede demissão ao final de julho de 1988.

## **2. Cultura e economia, mesmo combate**

Em sua análise do estruturalismo latino-americano, Octavio Rodriguez dedica uma seção particular às formulações de Furtado acerca da cultura. Para Rodriguez, “[d]iferentemente de outros estruturalistas latino-americanos, este autor aborda com amplitude o tema da cultura e estabelece uma conexão explícita entre cultura e desenvolvimento” (RODRIGUEZ, 2009, p. 407). Ainda que o tema da cultura apareça esboçado em *Dialética do desenvolvimento* (1964), Furtado aprofunda suas reflexões sobre cultura principalmente durante os anos 1970.

Em “*O mito do desenvolvimento econômico*”, publicado em 1974, Furtado critica a ideia de que o desenvolvimento, tal como ocorrido nos países do centro do capitalismo, poderia ser reproduzido universalmente. Baseada em esquemas abstratos, a teoria econômica

---

<sup>7</sup> O Decreto-lei 2.283 de 27 de fevereiro de 1986, que dispunha sobre a implantação do Cruzado, foi assinado, contudo, pelo chefe de gabinete do Ministério da Cultura, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, que, em entrevista concedida em 18 de maio de 2021 nos confirmou que Furtado tinha ciência do plano.

convencional seria de pouca valia para compreender o contexto da periferia do capitalismo e as consequências culturais da acumulação sobre os países periféricos. Para tanto, seria importante compreender o papel cumprido pelas “elites”, que seguiam de perto o padrão de consumo engendrado no centro “(...) *a ponto de perderem contato com as fontes culturais dos respectivos países*” (FURTADO, 1974, p. 80). Longe de resolver o problema do subdesenvolvimento, a industrialização por substituição de importações teria apenas atualizado essa situação em que o excedente da economia é canalizado para financiar o consumo conspícuo da elite. Assim, Furtado chama atenção para o papel de elementos extra-econômicos no desenvolvimento.

A iniciativa de Furtado se somava a um contexto mais amplo de contestação da estrutura da economia mundial. Frente aos diferentes problemas econômicos - o fim do sistema de Bretton Woods, os dois choques do petróleo e o choque monetário da Reserva Federal - os países subdesenvolvidos se mobilizam para alterar o funcionamento da economia internacional. A proliferação de fóruns de concertação da política dos então chamados “países do terceiro mundo” - como o Grupo dos Países Não Alinhados, o G77 e as conferências da UNCTAD dos anos 1970 - é uma prova do esforço concertado dos países do “Terceiro Mundo” de denunciar as assimetrias entre os países.

Durante a Conferência de Argel, em 1973, o Movimento dos Países não Alinhados aprovaram uma declaração em que defendem o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). No ano seguinte, a Assembleia Geral das Nações Unidas adota uma resolução semelhante, marcando o zênite da capacidade dos países subdesenvolvidos em estabelecer a agenda internacional (BEST, HANHIMÄKI, MAIOLO, SCHULZE, 2014, p. 349).

O sistema Nações Unidas, por meio de suas diferentes organizações, se lançou à tarefa de construir ou, pelo menos, refletir sobre o que seria precisamente essa nova ordem econômica internacional. Cabe destacar o papel cumprido pela Unesco, agência das nações unidas para a educação e cultura, criada em 1945. Ao longo dos anos 1970 e 1980, a UNESCO organizou um conjunto de simpósios e conferências com o objetivo de aprofundar a construção dessa nova ordem econômica internacional. O ponto alto da atuação da UNESCO nas discussões sobre a NOEI é a organização da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, a MONDIACULT, cuja declaração final se estende longamente na relação entre desenvolvimento e cultura (UNESCO, 1982).

É nesse contexto que Furtado começa a participar de diferentes eventos da Organização, para os quais desenvolve reflexões sobre a cultura e a NOEI (BIANCONI, 2021). A necessidade de ir para além da fronteira da análise econômica marca a maior parte da reflexão de Furtado da segunda metade dos anos 1970. Em intervenção para uma conferência organizada pela Agência de Desenvolvimento Internacional, em Washington, em 1977, Furtado aponta que “(...) *temos de reconhecer que os países do Terceiro Mundo devem descobrir seu próprio caminho. E isso somente poderá ser feito pela atividade política que abra espaço à invenção social e à criatividade cultural*” (FURTADO, p. 678). Essa reflexão culmina, em 1978, na

escrita de “*Criatividade e dependência*”, ou, como o próprio autor o classificara, “o anti-livro acadêmico”<sup>8</sup>.

Como já apontamos anteriormente, o início dos anos 1980 será, para Furtado, anos de crítica à condução da política econômica ao final da ditadura e contribuição estreita com o PMDB. Assim, a cultura só volta ao centro da análise de Furtado em 1984, ano em que publica “*Cultura e desenvolvimento em época de crise*”.

Trata-se de um período em que, no âmbito dos estados, avançava a criação de Secretarias de Cultura. Em Minas Gerais o então governador, Tancredo Neves, nomeou o deputado José Aparecido de Oliveira como secretário; no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro acumulou as funções de vice-governador e secretário de ciência e cultura (FERRON, ARRUDA, 2019). A ideia de desmembrar o então Ministério da Educação e Cultura em dois ministérios separados ganha força a partir da concertação entre os secretários estaduais, que organizam, em abril de 1984, o I Encontro Nacional de Política Cultural. Diferentes representantes da sociedade civil participaram deste Encontro como a atriz Fernanda Montenegro, o empresário José Mindlin e Celso Furtado.

Assim, junto com as discussões sobre as eleições presidenciais de 1985, ganha força a ideia da criação de um ministério voltado especialmente para a cultura. Ainda que o apoio à criação do Ministério não fosse unânime, no dia 15 de março de 1985, José Sarney assina o Decreto nº 91.144 que criava o Ministério da Cultura.

Criado com pouca estrutura e sob a crítica de diferentes setores da sociedade, o ministério da cultura terá, em poucos meses, dois ministros que não chegam a estruturá-lo<sup>9</sup>. Ventilou-se o nome da atriz Fernanda Montenegro para ser a terceira titular da pasta, algo que ela recusou. A atriz relata, contudo, em sua autobiografia, que numa reunião em sua casa para tratar do assunto, foi ventilado o nome de Celso Furtado para ser o novo ministro.

Alguém me passou o telefone desse grande homem público. Corajosamente, eu liguei, já tarde da noite. Ele mesmo, para minha surpresa, atendeu. Teria já sido consultado?, pensei. Informei que alguns representantes do nosso cinema, do nosso teatro, jornalistas, estavam indicando seu nome para o Ministério da Cultura e, claro, se ele permitisse, se concordasse, iríamos levar, no dia seguinte, a opção ao presidente da República, num encontro em Brasília. Celso Furtado respondeu que não poderia aceitar, porque, como devíamos saber, era embaixador na Comunidade Econômica Europeia. Tomei coragem. Insisti: “O senhor me permite uma pergunta: acha essa sua função a serviço do Brasil em Bruxelas mais importante do que o cargo de ministro da Cultura do seu país?”. Após um longo silêncio, veio a resposta: “Não, não acho”. Feliz, eu me atrevi a fazer a segunda pergunta: “O senhor permite, então, que se leve o seu nome ao presidente para o cargo de ministro da nossa Cultura?”. Outra pausa demorada. E veio a resposta: “Sim”. No dia seguinte, fui com

---

<sup>8</sup> “O tema mais fascinante de *Criatividade e dependência* é a visão histórica e filosófica que Celso apresenta do elo entre cultura e desenvolvimento. Estudar o desenvolvimento a partir de sua dimensão cultural, como ele o fez, era um enfoque inovador, e hoje é visto por pesquisadores no Brasil e no exterior como um de seus aportes teóricos mais originais. Ele costumava dizer que o homem se justifica pelos valores que tem – corolário de que o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade” (D’AGUIAR, 2015, p. 9)

<sup>9</sup> O primeiro Ministro da Cultura foi José Aparecido de Oliveira, que permaneceu menos de dois meses no cargo, uma vez que foi nomeado em maio de 1985 governador do Distrito Federal. Em seguida, foi nomeado Aluísio Pimenta que passou nove meses à frente do Ministério.

Aparecido para Brasília. O presidente Sarney nos recebeu muito simpaticamente, em companhia de d. Marly. Entregamos o sim de Celso Furtado ao cargo de ministro da Cultura.

Dessa maneira, no dia 14 de fevereiro de 1986, Furtado é nomeado Ministro da Cultura. Além de estabelecer uma nova formatação administrativa ao Ministério, coube a Furtado apresentar ao Congresso o projeto de lei que estabelecia o sistema de incentivos fiscais à cultura. O projeto de lei, apelidado “Lei Sarney”, foi enviado à Câmara dos Deputados em junho de 1986 e teve uma rápida tramitação, de modo que, em agosto, já havia sido sancionado<sup>10</sup>.

Contudo, numa conjuntura dominada por questões econômicas, a Cultura contava com pouco protagonismo no seio do governo. Isso se explicita, no texto final do I Plano de Desenvolvimento da Nova República, elaborado por João Sayad, cujo capítulo sobre a cultura conta apenas com formulações gerais e nenhum tipo de estimativa orçamentária (SEPLAN, 1986). Ainda que o Programa de Ação Governamental, lançado por Aníbal Teixeira, em 1987, traga mais detalhes sobre as ações prioritárias do Ministério da Cultura e uma estimativa de ligeira valorização orçamentária, a piora da situação econômica frustra as expectativas de um maior protagonismo do setor no governo (SEPLAN, 1987).

Sem poder influenciar na condução da política econômica e no comando de um Ministério com pouca expressividade institucional, percebe-se o isolamento de Furtado no governo Sarney. As anotações de Furtado em seu diário a partir de 1987 permitem perceber sua inquietude em relação ao Ministério e ao próprio governo: “*Para onde irá esse pequeno Ministério que me coube organizar? Quanto tempo ainda poderei permanecer aqui com dignidade?*” (FURTADO, 2019, p. 357).

Após a vitória do “Centrão” para as eleições da Assembleia Nacional Constituinte, as transformações econômicas e institucionais que almejava pareciam oficialmente bloqueadas e restava, portanto, a Furtado organizar a retirada. Em anotação do dia 31 de março de 1988, Furtado afirma que “(...) *estava decidido a entregar o meu cargo assim que fosse homologada a Constituição*” (FURTADO, 2019, p. 379).

Antes da demissão, contudo, é relevante mencionar a participação de Furtado na Conferência Novas Democracias Restauradas, organizada em junho de 1988. Sua exposição, intitulada “*A transição para a democracia no Brasil*” revela elementos de um possível balanço que o autor teria tirado da “fantasia a ser reconstruída” (FURTADO, 1989). O formato pactuado de transição, concretizado por meio da eleição indireta de Tancredo Neves, foi caracterizado como um modelo que excluía a participação da população, gerando uma grande frustração,

---

<sup>10</sup> O próprio Sarney, enquanto senador pelo estado do Maranhão, propôs em 1972 - e, em seguida, em 1980 - a criação de um sistema de incentivo fiscal à cultura. Na justificativa enviada junto ao projeto de lei, Sarney apontava como a preocupação da cultura aparecia na obra de diferentes economistas como John Kenneth Galbraith e Arthur Lewis. Lê-se no texto: “*O desenvolvimento econômico conduz, quando não seguido e vigiado, a perigos de conseqüências imprevisíveis. Um deles é a tendência de marginalizar os valores culturais. O desenvolvimento econômico tem, no mundo inteiro, gerado uma sociedade de valores materiais. Nós não podíamos fugir a esse destino, e é a possibilidade dele transformar-se num fato irreversível que deve ser conjurada*” (BRASIL, 1986, p. 46).

apenas parcialmente compensada pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Um ponto relevante da transição brasileira teria sido o fato de que todo o processo teria se dado dentro dos marcos da legalidade existente, gerando uma transição “ambígua” (FURTADO, 1989, p. 4).

Mantendo em parte o sistema institucional existente, sendo marcada pela pactuação entre certos grupos políticos e tendo excluído a população da eleição presidencial, como se explica que a transição possa ter sido aceita pela sociedade? Furtado aponta três principais elementos:

Esta transição em ambiguidade é possível porque há um forte consenso no Brasil sobre questões políticas fundamentais. A primeira delas é a vontade de consolidar a ordem democrática. A complexidade da sociedade brasileira, para cuja formação tantos povos e culturas contribuíram, agrava os conhecidos efeitos negativos do autoritarismo no plano social. O segundo ponto de consenso é a necessária modernização do Estado e sua reorientação para o social. A economia brasileira tem sido caracterizada pela concentração das rendas, uma tendência que tem sido acentuada pelo autoritarismo. Somente uma ação deliberada do Estado pode corrigir as causas ou os efeitos deste processo. O terceiro ponto é a consciência da necessidade urgente de combater a concentração do poder, restaurando a Federação e abrindo espaço para a participação efetiva de grandes setores da população que ainda são marginalizados na vida política. É porque há um acordo sobre o essencial que podemos ter confiança na nascente democracia brasileira (FURTADO, 1989, p. 4).

A “reconstrução da fantasia” se anunciava mais difícil e demorada do que esperava Furtado. A execução de todos os programas econômicos que havia ajudado a elaborar foi frustrada, numa evidência de que o acordo que garantia a transição “ambígua” também tinha preservado também parte dos interesses das classes dominantes. A democracia brasileira era “nascente” e, portanto, frágil. A frustração é perceptível. Mas uma vez tendo constatado que nem a menor de suas expectativas em relação ao governo Sarney seriam realizadas, por que Furtado não abandonou anteriormente o projeto político da “nascente” Nova República? A resposta provavelmente se coloca na apreciação que o autor fazia de cada um dos termos da expressão “nascente democracia”: ainda que frágil, tratava-se de uma formação política democrática. Desenvolvimentos políticos ulteriores deveriam agir para fortalecê-la e aprofundá-la.

## 5. Referências bibliográficas

ANDRADA, ALEXANDRE F.S. *A Breve Gestão de Francisco Dornelles. O ocaso da hegemonia da FGV-Rio e da USP “Delfinista” no comando da política econômica brasileira.* In: 49o Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2021. Anais do 49o Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2021.

ARIDA, Pérsio; RESENDE, André Lara. Inflação inercial e reforma monetária: Brasil. In: ARIDA, Pérsio et al. *Inflação Zero – Brasil, Argentina e Israel.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BEST, Antony; HANHIMÄKI, Jussi; MAIOLO, Joseph A.; SCHULZE, Kirsten E. *International History of the Twentieth Century and Beyond.* Londres: Routledge, 2014.

BIANCONI, Renata. *Celso Furtado, o subdesenvolvimento e as transformações na economia internacional*. In: *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 161-195, 5 mar. 2021.

BRASIL. *Lei Sarney de incentivo à cultura*. Brasília: Presidência da República, 1986.

D'AGUIAR, Rosa. *Um sonho de regresso*. In: *Arquivos Celso Furtado 2: Economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015, p. 7-19.

\_\_\_\_\_. *Pensando a cultura*. In: FURTADO, Celso. *Arquivos Celso Furtado 5: Ensaaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015, p. 7-18.

FEERON, Fabio Maleronka; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil*. *Tempo Social* [online]. 2019, v. 31, n. 1, pp. 173-19.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e estagnação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

\_\_\_\_\_. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. *O Brasil pós-"milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

\_\_\_\_\_. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

\_\_\_\_\_. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *Celso Furtado fala sobre o pensamento econômico latino-americano*. In: *Novos Estudos (Revista do Cebrap)*, São Paulo, março de 1995.

\_\_\_\_\_. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

\_\_\_\_\_. *Diários intermitentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

IANNI, Octavio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LOPES, Francisco. *Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas*. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 2, 1985.

MOTA FILHO, Antonio V. *That's my man! Subimperialismo e dependência no governo Lula (2003-2010)*. Dissertação (mestrado) São Paulo: USP, 2017.

NOYOLA, J. F. *Inflação e Desenvolvimento Econômico no Chile e no México*. In: BIESCHOWSKY, Ricardo. (Ed.). *Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 1. p. 293–490.

PMDB. *Esperança e mudança*. Brasília, 1982.

RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SEPLAN. *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República*. Brasília, 1986.

\_\_\_\_\_. *Programa de Ação Governamental*. Brasília, 1986.

SUNKEL, O. *A Inflação Chilena: Um Enfoque Heterodoxo*. *El Trimestre Económico*, v. 25, n. 100, 1958.

WANDERLEY, Sergio Eduardo de Pinho Velho. *Desenvolvimento(ism)o, descolonialidade e a geo-história da administração no Brasil: a atuação da CEPAL e do ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação*. Tese (Doutorado em Administração) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

UNESCO. *Declaração final da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais*. Cidade do México, 1982.